GRUPO I
DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS
DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO AMBIENTAL
DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINACEIRO

1. ATENÇÃO AO DIÁLOGO QUE SEGUE ENTRE UM PRESIDENTE BRASILEIRO E O CHEFE DE SUA SEGURANÇA NO CURSO DO ÚLTIMO REGIME DE EXCEÇÃO NO BRASIL: INTERLOCUTOR *A*: "TEM ELEMENTO QUE NÃO ADIANTA DEIXAR VIVO, APRONTANDO. INFELIZMENTE, É O TIPO DE GUERRA SUJA EM QUE, SE NÃO SE LUTAR COM AS MESMAS ARMAS DELES, SE PERDE. ELES NÃO TÊM O MÍNIMO DE ESCRÚPULO". INTERLOCUTOR *B*: "É, O QUE TEM QUE FAZER É QUE TEM QUE NESSA HORA AGIR COM MUITA INTELIGÊNCIA, PARA NÃO FICAR VESTÍGIO NESSA COISA" (GASPARI, ELIO. A DITADURA DERROTADA. S. PAULO: CIA. DAS LETRAS, 2003, P. 387). A CONVERSA SE REFERE À REPRESSÃO DE MILITANTES DE ESQUERDA, REALIZADA CONJUNTAMENTE POR DIVERSOS PAÍSES DO CONE SUL, À MARGEM DO DIREITO CONSTITUCIONAL E DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. ACERCA DE TAIS EPISÓDIOS E DO REGIME DA ANISTIA NO BRASIL, NÃO SE PODE DIZER QUE:

a) ( ) São exemplos da cooperação militar tratada no texto as Operações Condor, Lupanário e Mercúrio.

b) ( ) A anistia política constitucionalmente prevista em benefício das vítimas do regime de exceção (arts. 8º e 9º, ADCT) submete-se à "reserva de Constituição."

c) ( ) A anistia sob reserva de lei é destinada aos crimes políticos, mas pode abranger os crimes comuns e as sanções legalmente previstas.

d) ( ) A anistia e o estatuto da criminalidade política não se aplicam às práticas terroristas, seja as cometidas por particulares, seja as praticadas com o apoio oficial do próprio aparato de Estado.

2. DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS SOBRE AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS, PRATICADAS PELOS REGIMES DE EXCEÇÃO NA AMÉRICA LATINA, É INCORRETO AFIRMAR QUE:

a) ( ) A justiça transicional pode justificar a validade interna e externa de leis sobre anistias, se tiverem sido incorporadas ou expressamente mantidas pela Constituição.

b) ( ) A punição dos responsáveis pelas violações é decorrência do conceito de Estado de Direito e do devido processo legal.

c) ( ) O conhecimento dos registros de desaparecidos constitui um direito dúplice, individual e coletivo, podendo, no primeiro caso, ser exercido pelos familiares das vítimas.

d) ( ) As violações dos direitos humanos geram a responsabilidade internacional do Estado à sua devida e justa reparação.

3. É CORRETO AFIRMAR-SE QUE:

a) ( ) As pessoas jurídicas são titulares da liberdade de associação e de expressão, segundo jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal.

b) ( ) A idéia de constituição formal foi derivada da noção medieval de constituição mista.

c) ( ) O pelagianismo está associado ao movimento constitucionalista do século XVIII.

d) ( ) A teoria política de Maquiavel pode ser identificada com o humanismo cívico.

4. É VERDADEIRA A SEGUINTE SENTENÇA:

a) ( ) O patriotismo constitucional defende as mutações constitucionais exogenéticas.

b) ( ) É obrigação condicional do Estado-membro custear o exame de DNA em favor de hipossuficientes.

c) ( ) A teoria constitucional discursivo-dialógica interliga autonomia pública e autonomia privada.

d) ( ) O constitucionalismo whig (ou termidoriano) defende mudanças constitucionais bruscas ou revolucionárias.

5. NÃO SE PODE DIZER QUE:

a) ( ) As heteroconstituições foram fenômenos relativamente freqüentes nos processos constituintes do século XX.

b) ( ) As convenções constitucionais são formas de limitação de poderes sem necessidade de uma Constituição formal.

c) ( ) O debate entre republicanista e liberais pode ser, grosso modo, resumido à prioridade que se estabelece ao "justo" e ao "bem", respectivamente.

d) ( ) A tese de distinção entre regras e princípios mais em voga no Brasil se baseia em elementos estruturais da norma.

6. ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:

a) ( ) O constitucionalismo semântico ingressou no ciclo constitucional europeu e brasileiro após a II Guerra Mundial.

b) ( ) A manifestação do Conselho de Defesa Nacional é requisito de validade da demarcação de terras indígenas em região de fronteira.

c) ( ) O tombamento é considerado o meio mais adequado para a preservação do patrimônio cultural intangível.

d) ( ) A publicidade e o direito à informação podem ser restringidos por meio de atos de natureza discricionária, para defesa da intimidade de terceiros.

7. É INCORRETO ASSINALAR QUE:

a) ( ) O federalismo brasileiro é formalmente cooperativo e materialmente compacto.

b) ( ) A participação dos Estados membros nas deliberações nacionais é elemento necessário à definição de um Estado Federal.

c) ( ) No federalismo assimétrico, as subunidades federativas possuem diferentes níveis de poder e competências entre si.

d) ( ) É inconstitucional lei estadual que amplia definição estabelecida por texto federal, em matéria de competência concorrente.

8. SOBRE A TUTELA CONSTITUCIONAL DO SIGILO, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) ( ) É inaproveitável prova obtida por meio da quebra do sigilo bancário e fiscal decretada por juiz que, supervenientemente, revela-se incompetente em vista do envolvimento de pessoa detentora de prerrogativa de foro.

b) ( ) É constitucionalmente ilegítima a decisão judicial, emanada por autoridade competente, determinando o compartilhamento de registros bancários entre diversos órgãos de investigação.

c) ( ) A atuação fiscalizadora do Banco Central do Brasil pode, administrativamente, alcançar dados bancários de correntistas.

d) ( ) As informações obtidas em escutas ambientais, judicialmente autorizadas para fins criminais, podem ser usadas em procedimento administrativo disciplinar.

9. O ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO NÃO AUTORIZA AFIRMAR QUE:

a) ( ) Pode haver ampliação de investigações em razão do surgimento de fatos novos, desde que tenham relação com os que constituíam o seu inicial da comissão.

b) ( ) As investigações podem incidir sobre fatos objeto de inquéritos policiais ou de processos judiciais em curso, se houver entre eles conexão.

c) ( ) As comissões parlamentares de inquérito estaduais não podem requisitar a quebra de sigilo de dados bancários.

d) ( ) Não caracteriza, em princípio, violação à imagem do indiciado em comissão parlamentar de inquérito, a transmissão e a gravação de sessão em que se lhe toma o depoimento.

10. É INCORRETO AFIRMAR QUE:

a) ( ) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acolhe a doutrina da eficácia externa dos direitos fundamentais.

b) ( ) O efeito cliquet está mais diretamente associado aos direitos sociais.

c) ( ) A propriedade reconhecida constitucionalmente às comunidades remanescentes de quilombos detém caráter individual e, excepcionalmente, coletivo.

d) ( ) Não viola a separação dos poderes a decisão judicial que impõe obrigação solidária de entes federativos para a distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes.

11. ASSINALE A ALTERNATIVA ERRADA:

a) ( ) É programática a norma constitucional que a todos assegura o direito à saúde mediante políticas sociais e econômicas, visando à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

b) ( ) A comunicação social e o serviço público são exemplos de garantia institucional.

c) ( ) É, em geral, admitida norma interposta no bloco de constitucionalidade da ação direta de inconstitucionalidade.

d) ( ) Ao estrangeiro, residente no exterior, é assegurado o direito de impetrar mandado de segurança e hábeas corpus.

12. NÃO SE PODE AFIRMAR QUE:

a) ( ) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios não incluem as áreas de perambulação e as que remotamente foram aldeamento indígena.

b) ( ) As atribuições do Ministério Público não estão sujeitas à reserva de lei complementar.

c) ( ) Os atos administrativos que envolvem a aplicação de conceitos indeterminados estão sujeitos ao exame e controle pelo Poder Judiciário.

d) ( ) Não se declara a inconstitucionalidade parcial quando haja inversão clara do sentido da norma.

13. É INCORRETA A SEGUINTE ASSERTIVA:

a) ( ) Os direitos reprodutivos e sexuais são posições ou situações jurídicas de autodeterminação, caracterizadas quase exclusivamente pelo seu caráter defensivo ou de resistência.

b) ( ) O conciliarismo pode ser considerado um antecedente remoto do constitucionalismo moderno.

c) ( ) Ainda está aberta no Supremo Tribunal Federal a polêmica sobre a viabilidade da tutela jurisdicional preventiva de publicação de matéria jornalística ofensiva a direitos da personalidade.

d) ( ) Os biodireitos podem englobar tanto a integridade do patrimônio biológico e a proteção de espécies ameaçadas quanto o direito a morrer dignamente.

14. MARQUE A AFIRMAÇÃO VERDADEIRA:

a) ( ) As declarações de direito no Brasil antes de 1988 apresentaram quase sempre um caráter conservador ou regressivo.

b) ( ) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não reconhece os efeitos financeiros das expectativas de direitos nem dos direitos expectados.

c) ( ) A técnica de ponderação de bens ou valores constitucionais, empregada pelo Supremo Tribunal Federal, aproxima-se da Jurisprudência dos Interesses alemã.

d) ( ) O giro hermenêutico-pragmático, embora denuncie o peso das pré-compreensões do intérprete, defende a adoção de métodos interpretativos objetivantes.

15. ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:

a) ( ) O Município não pode ajuizar reclamação perante o Supremo Tribunal Federal para garantia do julgado do Tribunal, proferido em controle abstrato, em face de decisão administrativa estadual.

b) ( ) O Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade em face de uma lei, pode reconhecer, incidentalmente, a inconstitucionalidade de outra norma.

c) ( ) A interpretação *conforme* a Constituição diferencia o enunciado lingüístico da norma de seus significados normativos.

d) ( ) O sistema jurídico brasileiro contempla a figura da constitucionalidade superveniente e da inconstitucionalidade por omissão total ou parcial.

16. REGISTRE A OPÇÃO INCORRETA:

a) ( ) Uma leitura econômica e moral da Constituição, em consonância com a tendência atual do Direito Internacional dos Direitos Humanos, tende a enxergar o combate à corrupção política e administrativa como garantia dos direitos fundamentais.

b) ( ) A Constituição brasileira substituiu a dicção legal de excepcionalidade do patrimônio cultural a ser protegido pela sua referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

c) ( ) A técnica do "distinguishing" pode levar à inaplicabilidade total ou parcial de uma decisão judicial vinculante.

d) ( ) A Constituição pluralista, como sistema parcial da sociedade, reflete os diferentes pontos de vista e conflitos sociais, subsumidos a priori no princípio da unidade formal e axiológica da Constituição.

17. É CARACTERÍSTICA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL:

a) ( ) escolha dos diretores pelo Presidente da República, sob aprovação do Senado Federal.

b) ( ) subordinação ao Ministro de Estado, mediante cabimento de recurso hierárquico impróprio.

c) ( ) dotação orçamentária desvinculada do orçamento da União, em exceção ao princípio da unidade.

d) ( ) qualificação como organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

18. POR HAVER MAIS DE VINTE CARGOS VAGOS, A UNIVERSIDADE FEDERAL REALIZOU CONCURSO PÚBLICO. FORAM NOMEADOS CINCO CANDIDATOS APROVADOS E MAIS NINGUÉM. AO TÉRMINO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO, A REITORIA NEGOU-SE INFUNDADAMENTE A PRORROGÁ-LO E ABRIU IMEDIATAMENTE NOVO CERTAME, PARA O PREENCHIMENTO DAS VAGAS REMANESCENTES. TRATA-SE:

a) ( ) de motivo determinante, em que a Administração Pública atua fora de sua competência para atingir uma finalidade estranha àquela competência.

b) ( ) de motivo determinante, em que a Administração Pública atua dentro de sua competência para atingir uma finalidade adequada àquela competência.

c) ( ) de desvio de poder, em que a Administração Pública atua fora de sua competência para atingir uma finalidade adequada àquela competência.

d) ( ) de desvio de poder, em que a Administração Pública atua dentro de sua competência para atingir uma finalidade estranha àquela competência.

19. É MEMBRO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA (E, COMO TAL, PARTICIPA DA APROVAÇÃO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA RESPECTIVA BACIA) REPRESENTANTE:

a) ( ) do Município.

b) ( ) do Ministério Público.

c) ( ) do Comitê Gestor de Hidrelétricas.

d) ( ) do Tribunal de Águas.

20. ANALISE ATENTAMENTE AS SEGUINTES AFIRMATIVAS:

I. As Unidades de Conservação da Natureza são instituídas por ato do Poder Público, mas somente poderão ser desafetadas por lei específica.

II. A obrigação de que o autor de empreendimento de significativo impacto ambiental apóie a implantação e manutenção de Unidade de Conservação da Natureza é aplicação do princípio "usuário-pagador".

III. Os Refúgios de Vida Silvestre e as Reservas Extrativistas são incompatíveis com a presença humana.

IV. Aeroportos, distritos industriais e experimentos com organismos geneticamente modificados devem estar restritos às zonas de amortecimento.

Quais as afirmativas corretas:

a) ( ) I e II.

b) ( ) III e IV.

c) ( ) I e IV.

d) ( ) II e III.

21. APÓS A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA PELA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE ESTADUAL, PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA, O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) E A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) NOTIFICAM O EMPREENDEDOR PARA QUE COMPLETE O ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO INDÍGENA QUE PODE SER AFETADA. ANTES DO TÉRMINO DO PRAZO PARA A COMPLEMENTAÇÃO, A SECRETARIA ESTADUAL CONCEDE AO EMPREENDEDOR LICENÇA DE INSTALAÇÃO.

Sobre esta situação, qual a alternativa correta:

a) ( ) o órgão estadual não poderia conceder licença de instalação antes da licença de operação.

b) ( ) eventuais deficiências do estudo de impacto ambiental não se discutem mais, a partir do momento em que se concede a licença de instalação.

c) ( ) é possível invalidar a licença prévia mesmo tendo sido concedida a licença de instalação.

d) ( ) não se pode fazer exigências relativas a interesses da União, pois o empreendimento foi submetido a órgão estadual.

22. APÓS TRÊS ANOS COMO ADVOGADO E TRÊS COMO JUIZ DE DIREITO DO ESTADO, EUSÉBIO É PROCURADOR DA REPÚBLICA HÁ DOIS ANOS. EM RELAÇÃO A SUA APOSENTADORIA, CONSIDERE AS SEGUINTES AFIRMATIVAS:

I. Pode ser computado o tempo de exercício da advocacia.

II. Não pode ser computado o tempo de exercício da Magistratura estadual, por ser carreira diversa.

III. A vacância decorrente da aposentadoria não extingue o cargo.

IV. Em qualquer caso, a aposentadoria dar-se-á com proventos integrais.

V. Em caso de falta grave, a aposentadoria é uma das possíveis sanções disciplinares.

Assinale a alternativa correta:

a) ( ) são falsas as afirmativas II, IV e V.

b) ( ) são falsas as afirmativas II, III e IV.

c) ( ) são falsas as afirmativas I, III e V.

d) ( ) são falsas as afirmativas I, III e IV.

23. O SAMBA DE RODA DO RECÔNCAVO BAIANO É UMA MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA TÍPICA DA CULTURA POPULAR. QUAL A NATUREZA DESSE BEM E QUAL O SEU REGISTRO:

a) ( ) patrimônio imaterial e Livro de Registro das Formas de Expressão.

b) ( ) patrimônio imaterial e Livro de Registro dos Saberes.

c) ( ) patrimônio material e Livro de Registro dos Lugares.

d) ( ) patrimônio material e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

24. A SÚMULA VINCULANTE Nº 3 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL AFIRMA QUE O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA DEVEM SER ASSEGURADOS NOS PROCESSOS PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, QUANDO DA DECISÃO PUDER RESULTAR ANULAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO QUE BENEFICIE O INTERESSADO. A SÚMULA EXCEPCIONA, CONTUDO, A APRECIAÇÃO DA LEGALIDADE DO ATO DE CONCESSÃO INICIAL DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO. ESTA APRECIAÇÃO, PELO TRIBUNAL DE CONTAS, CONFIGURA UM ATO ADMINISTRATIVO:

a) ( ) discricionário.

b) ( ) complexo.

c) ( ) facultativo.

d) ( ) consultivo.

25. JAIRO FOI CONVIDADO POR GOVERNADOR RECÉM-ELEITO PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. NO PRIMEIRO ANO DE GOVERNO, FORAM ENVIADOS RECURSOS FEDERAIS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, QUE FORAM LOGO COMPRADOS NA LOJA DO IRMÃO DE JAIRO. EMBORA ADQUIRIDOS SEM LICITAÇÃO, OS COMPUTADORES TIVERAM PREÇO ABAIXO DO MERCADO. JAIRO FOI EXONERADO NO SEGUNDO ANO DE GOVERNO. O GOVERNADOR FOI REELEITO NAS ELEIÇÕES SEGUINTES E, APÓS O FIM DESTA GESTÃO, JAIRO É ACUSADO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. QUAL DOS ARGUMENTOS A SEGUIR TEM FUNDAMENTO LEGAL:

a) ( ) não houve improbidade, pois a violação ao princípio da impessoalidade não foi acompanhada de lesão ao patrimônio público.

b) ( ) para Jairo, houve prescrição cinco anos após a exoneração.

c) ( ) Secretário estadual não é passível de improbidade, pois detém cargo de provimento em comissão.

d) ( ) não se caracteriza malversação de recursos, pois houve transferência da União para o Estado.

26. VÁRIOS INTERNOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADUAL FORAM MORTOS POR POLICIAIS MILITARES. O PROCURADOR REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO, DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, DECIDE INSTAURAR UM PROCEDIMENTO RELATIVO À SUPOSTA GRAVE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS, A DESPEITO DE NÃO ESTAR DIRETAMENTE ENVOLVIDO NEM ÓRGÃO, NEM VERBA FEDERAL. QUAL DAS ALTERNATIVAS É CORRETA EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO DESCRITA:

a) ( ) o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, junto ao Superior Tribunal de Justiça, pode ser suscitado pelo Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.

b) ( ) violação de direitos humanos é exclusivamente assunto de competência federal.

c) ( ) o procedimento deve ser encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça por se tratar de matéria de competência exclusiva do Estado.

d) ( ) o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão pode representar para que seja suscitado o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

27. A ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE SAÚDE E CARIDADE DISPÕE-SE A CUIDAR DE UM HOSPITAL PÚBLICO FEDERAL. PARA TANTO, SOLICITA JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE A QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO. ANALISE ATENTAMENTE AS SEGUINTES AFIRMATIVAS:

I. Os membros da associação que ficarem encarregados da administração do hospital não poderão receber remuneração.

II. Se a associação vier a ser desconstituída, a única destinação possível para os bens será a divisão entre os associados.

III. A qualificação somente pode ser outorgada pelo Ministro da Justiça.

IV. A associação poderá receber recursos públicos, mas não poderá ter fim lucrativo.

V. A perda da qualificação pode dar-se em processo de iniciativa popular ou do Ministério Público.

Quais as afirmativas corretas:

a) ( ) III, IV e V.

b) ( ) I, II, IV e V.

c) ( ) I, III e IV.

d) ( ) II, III, IV e V.

28. UMA INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS PRETENDE EXPLORAR UM CREME FEITO DE MODO ARTESANAL, A PARTIR DE PLANTAS NATIVAS, POR UMA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO. PARA TANTO, A EMPRESA VALE-SE DE PESQUISAS DE GENÉTICA. OCORRE QUE APENAS UM VELHO QUILOMBOLA E SEU SOBRINHO AINDA SABEM COMO FAZER O CREME.

Leia atentamente as seguintes assertivas:

I. Pagamento de *royalties*, contratos por prazo indeterminado e autonomia da comunidade, independente de autorização da União, são características dos contratos de utilização do patrimônio genético e de repartição de benefícios.

II. A decisão quanto ao uso dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético (princípio do consentimento prévio fundamentado) compete à indústria, com anuência da União, desde que seja indicada a origem do acesso ao conhecimento tradicional em todas as utilizações.

III. Pode ser de titularidade da comunidade quilombola o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, mesmo que apenas um indivíduo da comunidade detenha esse conhecimento.

IV. É decorrência do princípio da repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados, que o proveito econômico conseqüente ao contrato de utilização do patrimônio genético e de repartição de benefícios caiba, em princípio, exclusivamente à comunidade remanescente de quilombo.

Assinale a opção correta:

a) ( ) apenas as alternativas I e IV estão de acordo com a legislação brasileira.

b) ( ) apenas a alternativa IV está de acordo com a legislação brasileira.

c) ( ) apenas as alternativas I e II estão de acordo com a legislação brasileira.

d) ( ) apenas a alternativa III está de acordo com a legislação brasileira.

29. PRECONIZAM OS ARTS. 4º E 5º DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL:

"Art. 4º - A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante

para qualificá-lo: I – a denominação e demais características formais adotadas pela lei; II – a destinação legal do produto da sua arrecadação".

"Art. 5º - Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria".

Segundo o Sistema Tributário Brasileiro, os transcritos artigos 4º e 5º, acima, são inteiramente aplicáveis quando consideram que:

a) ( ) a natureza jurídica específica de um tributo pode ser determinada exclusivamente pelo exame do seu fato gerador;

b) ( ) são 3 (três) as espécies tributárias: impostos, taxas e contribuições de melhoria;

c) ( ) estar o produto de arrecadação afetado ou não a finalidades específicas é que define a natureza do tributo;

d) ( ) os transcritos artigos 4º e 5º, sob exame, acham-se superados.

30. EM RELAÇÃO AO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO É CERTO AFIRMAR QUE:

a) ( ) se conceitua como um contrato de empréstimo de direito público, com a nota de que há obrigatoriedade de restituição;

b) ( ) é um tributo posto atende às cláusulas que integram a redação do artigo 3º, do Código Tributário Nacional;

c) ( ) se subordina, em todos os casos, ao princípio da anterioridade da lei que o houver instituído;

d) ( ) é espécie de confisco como ocorreu com a retenção dos saldos de depósitos à vista, cadernetas de poupança e outros ativos financeiros, por determinação da Lei 8.024/90.

31. A MUNICIPALIDADE CELEBROU, EM OUTUBRO DE 2001, ACORDO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO, POR MEIO DO QUAL O CONTRIBUINTE DEVEDOR TRANSFERIU AO ENTE PÚBLICO ALGUNS IMÓVEIS, RESTANDO, ENTÃO, EXTINTOS OS DÉBITOS DE IPTU SOBRE ESSES E OUTROS IMÓVEIS, REFERENTES AOS EXERCÍCIOS DE 1998 A 2000, INCLUSIVE. HOUVE OMISSÃO QUANTO AOS DÉBITOS DE IPTU DO EXERCÍCIO DE 2001. EM JANEIRO DE 2007, A FAZENDA MUNICIPAL DEU-SE PELA OMISSÃO E EFETIVOU O LANÇAMENTO. INDIQUE A OPÇÃO CORRETA, NO CASO:

a) ( ) os imóveis passaram, em 2001, a pertencer ao município, de conseqüência, não há que cobrar do ex-proprietário a título de IPTU atinente àquele ano de 2001;

b) ( ) o prazo de 5 (cinco) anos para a efetivação do lançamento do IPTU inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado, ou seja, no caso concreto, conta-se o prazo de caducidade a partir do 1º (primeiro) dia do ano de 2002, vindo o município a decair do direito de lançar o imposto em dezembro de 2006;

c) ( ) tratando-se de fato gerador por homologação tácita ou expressa, enquanto esta não ocorrer, no prazo de 5 (cinco) anos, não há cogitar de caducidade do direito de constituir o crédito tributário;

d) ( ) com a celebração do acordo de dação em pagamento, em outubro de 2001, para quitar débitos do IPTU, presume-se incluído o tributo referente ao exercício daquele ano, posto o fato gerador ocorrera no dia 1º (primeiro) de janeiro de 2001, antes, pois, do acordo.

32. ESTADO DA FEDERAÇÃO MOVE AÇÃO DECLARATÓRIA DE LEGITIMIDADE ATIVA EXCLUSIVA CONTRA OUTRO ESTADO, PARA EXIGÊNCIA DO ICMS SOBRE IMPORTAÇÃO DE ÁLCOOL CARBURANTE, REALIZADA POR EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. CONSTA QUE A ENTRADA FÍSICA DO ÁLCOOL CARBURANTE, NO TERRITÓRIO BRASILEIRO, DEU-SE NO ESTADO-RÉU, COM DESTINO AO ESTABELECIMENTO IMPORTADOR SITUADO NO ESTADO-AUTOR PARA, POSTERIORMENTE, SER TRANSPORTADO E COMERCIALIZADO EM UMA TERCEIRA UNIDADE FEDERATIVA. ESTA INGRESSOU NA LIDE, POSTULANDO VER RECONHECIDA SUA TITULARIDADE DA EXAÇÃO FISCAL, AFASTANDO A DAS PARTES *EX-ADVERSA*. NO CASO CONCRETO O SUJEITO ATIVO DO IMPOSTO:

a) ( ) concentra-se no Estado onde ocorreu o desembaraço aduaneiro, dado que relevante a entrada física da mercadoria;

b) ( ) é o terceiro Estado em que se dá a comercialização do álcool carburante;

c) ( ) é a pessoa política em que estiver localizado o estabelecimento importador;

d) ( ) sofre limitação à competência tributária porquanto a empresa pública federal é beneficiária de imunidade, descabendo a cobrança do tributo.

33. ASSINALE A FORMA DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA PELA QUAL NÃO NASCEM NEM A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, NEM O RESPECTIVO CRÉDITO POR FORÇA DO NÃO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA A QUE TEM DIREITO O PODER TRIBUTANTE:

a) ( ) não incidência;

b) ( ) isenção;

c) ( ) imunidade;

d) ( ) alíquota 0 (zero).

34. COMERCIANTE VENDE MERCADORIA, A TRANSPORTA E ENTREGA, ELE PRÓPRIO, AO COMPRADOR, DOMICILIADO EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO. NA HIPÓTESE:

a) ( ) o ICMS será exigido sobre a parte do valor praticado na venda da mercadoria;

b) ( ) o ICMS será devido, mas com aplicação da alíquota atinente a serviços de transporte transmunicipal;

c) ( ) o ICMS será devido sobre o valor total praticado, a ele se aplicando as bases de cálculo, alíquotas, formas de recolhimento etc. do ICMS – Operações Mercantis;

d) ( ) O ICMS incide sobre a operação relativa à mercadoria e o Imposto sobre Serviços (ISS) sobre o transporte, consoante a Lei Complementar que confere aos Municípios competências para que tributem os serviços de qualquer natureza.

35. A TEOR DO PARÁGRAFO 7º, DO ART. 150, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) é assegurado o direito de o contribuinte do ICMS, sujeito ao regime de substituição tributária para frente, compensar-se, em sua escrita fiscal, dos valores pagos a maior, nas hipóteses em que a base de cálculo real tiver sido inferior àquela arbitrada;

b) ( ) o conceito de fato gerador não realizado, no regime de substituição tributária para frente, equivale ao fato gerador de operação realizada em valor inferior ao presumido;

c) ( ) considerando a finalidade do instituto da substituição tributária, no caso de a base de cálculo real vier a ser superior àquela antes estabelecida, fica a Fazenda Pública inibida de cobrar eventual diferença;

d) ( ) somente nos casos de não realização do fato imponível presumido é que se permite a repetição dos valores recolhidos.

36. NO TOCANTE À CISÃO PARCIAL DE EMPRESAS PRIVADAS É CORRETO AFIRMAR, NA LINHA DA ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE:

a) ( ) não opera a responsabilidade solidária entre as sociedades cindida e recipiente por obrigações anteriores à cisão porque este instituto não é previsto no art. 132, do Código Tributário Nacional;

b) ( ) no âmbito da legislação tributária, qualquer disposição em convenções particulares, no caso, entre as sociedades cindida e recipiente, é inoponível à Fazenda Pública à luz do preconizado no art. 123, do Código Tributário Nacional;

c) ( ) havendo, no ato da reestruturação societária, estipulação em contrário que afaste a solidariedade, essa exclusão é válida desde que o Fisco não exerça, no prazo de 90 (noventa) dias, o direito de oposição ao firmado no pacto de cisão, nos termos do art. 233, § único, da Lei de Sociedade Anônima (Lei 6.404/76);

d) ( ) é inaplicável, no atinente à responsabilidade tributária, o disposto na Lei de Sociedade Anônima (Lei 6.404/76, art. 233, § único).

37. SEGUNDO O SISTEMA CONSTITUCIONAL FINANCEIRO VIGENTE, É CERTO AFIRMAR QUE:

a) ( ) o princípio da unidade do orçamento não mais é adotado pela Carta Magna;

b) ( ) a unicidade orçamentária veio a ser substituída pelos orçamentos plurianuais e pelo de diretrizes orçamentárias;

c) ( ) apesar de haver três orçamentos em nossa ordem jurídica, consoante o disposto no art. 165, da Lei Fundamental, a unidade de orçamento persiste, porquanto a unidade não é documental, mas de programas a serem implementados dentro de uma estrutura integrada do Sistema;

d) ( ) ao contrário de textos constitucionais anteriores, a Constituição de 1988 não contempla o chamado princípio da exclusividade em matéria orçamentária.

38. OS VALORES DESPENDIDOS PELO ESTADO, NA REALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, CLASSIFICAM-SE COMO:

a) ( ) despesas de capital;

b) ( ) transferências correntes sob a modalidade de "diversas transferências correntes";

c) ( ) extraordinárias sob a forma de encargos diversos;

d) ( ) diversas inversões financeiras.

39. À VISTA DO PRINCÍPIO DA ANUALIDADE ORÇAMENTÁRIA É EXATO ASSEVERAR QUE, NO BRASIL:

a) ( ) o período relativo ao exercício financeiro nem sempre coincide com o ano civil;

b) ( ) vigora o regime de competência (orçamento de exercício);

c) ( ) prevalece o regime de caixa (orçamento de gestão);

d) ( ) não são admissíveis atenuações a esse princípio, posto ele representa, no Estado Democrático de Direito, expressiva manifestação do postulado da segurança jurídica e do controle das contas públicas.

40. SEGUNDO A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LC 101/2000) E O ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, IMPÕE-SE DIZER QUE:

a) ( ) os Conselhos de Fiscalização Profissionais, considerados entes autárquicos sui generis, estão também sujeitos aos limites de gastos nela fixados;

b) ( ) o pagamento de agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores) não deve ser levado em conta para efeito de cálculo dos 60% a que se refere o art. 19;

c) ( ) a limitação imposta pelo art. 72, da Lei de Responsabilidade Fiscal abrange as despesas com serviços de terceiros, entendidos estes como os serviços apenas permanentes;

d) ( ) na aplicação de multa, pelo Tribunal de Contas, por infração à citada lei, ao agente público, incide o princípio da responsabilidade solidária.

41. SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL TÊM INDEFERIDO PELO INSS, COM BASE EM NORMA REGULAMENTAR, O DIREITO DE OBTEREM CERTIDÃO PARCIAL DE TEMPO DE SERVIÇO. INGRESSA, ENTÃO, O MINISTÉRIO PÚBLICO COM AÇÃO CIVIL PÚBLICA, EM BENEFÍCIO DOS SEGURADOS. NO CASO:

a) ( ) não detêm a Instituição Ministerial legitimidade ativa ad causam à mingua de legítimo interesse;

b) ( ) cuidando-se de direitos individualmente considerados e disponíveis, escapa ao Ministério Público o poder de exercitá-la;

c) ( ) não pode ser reclamado, em sede de processo coletivo, o direito individual à obtenção de certidões parciais de tempo de serviço;

d) ( ) é irrelevante o fato de tais direitos, individualmente considerados, serem disponíveis, posto o que lhes confere relevância é a repercussão social de sua violação, dai inserir-se nas atribuições do Ministério Público a legitimação ativa para a tutela reclamada.

42. COM O CRESCENTE DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS E BANCÁRIAS, COMPLEXAS E DINÂMICAS, CRIARAM-SE OS CHAMADOS REGISTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, NELES FIGURANDO INFORMAÇÕES NEGATIVAS DE INADIMPLENTES CONTUMAZES. O PRAZO PRESCRICIONAL PARA A MANUTENÇÃO DESSES REGISTROS DE CONSUMIDORES EM DÉBITO, SEGUNDO O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É:

a) ( ) de 5 (cinco) anos;

b) ( ) trienal (Código Civil, artigo 206, parágrafo 3º, inciso VIII);

c) ( ) de 10 (dez) anos, dependendo da natureza da dívida (Código Civil, art. 205);

d) ( ) é o mesmo do prazo previsto para a ação de execução.

43. DO SISTEMA OU MODELO ECONÔMICO ADOTADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RESSAI UM ESTADO:

a) ( ) intervencionista;

b) ( ) em que predomina a economia de mercado pura, realçada pela liberdade de iniciativa;

c) ( ) que atua em regime monopolista, com direito de propriedade limitado;

d) ( ) no qual as relações de produção estão assentadas na propriedade privada dos bens em geral, dos fatores de produção, na ampla liberdade de iniciativa e de concorrência.

44. PRECONIZA O ARTIGO 51 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR:

> "São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:
>
> I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direito. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor – pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis".

Ante este texto, é exato ressaltar que:

a) ( ) são proibidas as transações judiciais entre o fornecedor de produtos e serviços e o consumidor;

b) ( ) a nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo do domicílio do réu;

c) ( ) o elenco de cláusulas abusivas é exaustivo;

d) ( ) cláusula que exime de responsabilidade somente é inválida quando inserida em escritos, não o sendo se consta em tickets, cupons ou em qualquer papel impresso entregue pelo fornecedor.

45. TENDO EM VISTA O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC) REGISTRE A ALTERNATIVA CERTA:

a) ( ) a pessoa jurídica, detendo força econômica suficiente para se proteger, não pode revestir-se da condição de consumidora;

b) ( ) os profissionais liberais são fornecedores de serviços, sujeitos, portanto, à disciplina do CDC, e mesmo que, ao contratarem, assumam a obrigação

de resultado, a sua responsabilidade não deixa de ser subjetiva;

c) ( ) o artigo 2º, ao expressar a definição de consumidor, não contempla outra modalidade de consumidor;

d) ( ) é relevante, na sistemática do CDC, a distinção entre responsabilidade contratual e responsabilidade extracontratual.

46. O SISTEMA DA LEI ANTITRUSTE BRASILEIRA, NO QUE TOCA À INFRAÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA:

a) ( ) adota a caracterização da ilicitude da prática dos atos pelos efeitos que vier a produzir;

b) ( ) agasalha a configuração da ilicitude dos atos tão só pela sua tipicidade;

c) ( ) é um sistema híbrido que, por um lado, adota a caracterização da ilicitude dos atos pela sua tipificação e, por outro, a configuração do ilícito dá-se pelo objeto ou efeito;

d) ( ) consideradas isoladamente, as alternativas acima estão incorretas.

47. O ESTADO PROCEDE À PESQUISA, À LAVRA, AO ENRIQUECIMENTO DE MINÉRIOS E MINERAIS NUCLEARES E DERIVADOS. NESTE CASO, ATUA SOB A FORMA:

a) ( ) de intervenção indireta;

b) ( ) de apropriação dos meios de produção, com ênfase em relevante interesse nacional voltado a uma política de desenvolvimento econômico;

c) ( ) direta, em regime concorrencial;

d) ( ) de absorção.

48. CONSTITUI INFRAÇÃO À ORDEM ECONÔMICA:

a) ( ) imposição de preços abaixo do custo;

b) ( ) oferta de brindes e descontos promocionais que determinam a comercialização do produto com preço abaixo do seu custo;

c) ( ) agente econômico desenvolve tecnologia de ponta em sua produção o que obriga aos concorrentes a efetuarem investimentos com vistas a desenvolverem ou adquirirem tecnologia semelhante e conseqüente aumento dos custos;

d) ( ) a vinculação da prestação de um serviço à aquisição de um bem, distintos, e o prestador detém um certo grau de poder de mercado.

49. APONTE A ALTERNATIVA CERTA:

a) ( ) na hipótese de agentes econômicos detentores do monopólio, o mercado relevante nem sempre coincidirá com seu mercado de atuação exclusiva;

b) ( ) delimita-se, segundo a Lei 8.884/94, o mercado relevante de um bem ou serviço, mediante identificação das relações (concretas, ainda que potenciais) de concorrência de que participa o agente econômico, levando em conta o mercado relevante geográfico e o mercado relevante material, ou mercado do produto.

c) ( ) a Lei 8.884/94 é uma lei de caráter especial que visa disciplinar o comportamento dos agentes que atuam no domínio econômico, de maneira repressiva;

d) ( ) pelo texto constitucional (Da Ordem Econômica e Financeira) deve imperar a livre concorrência, de forma geral nos mercados. Assim, eventual isenção em bloco que permita prática restritiva da concorrência, mediante leis específicas, não pode prevalecer sobre a regra geral.

50. COM O OCASO DO ESTADO INTERVENCIONISTA E A SUBSEQÜENTE TENDÊNCIA DE DESESTATIZAÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA, SOBREVEIO A FIGURA, CRIADA PELO PRÓPRIO ESTADO, DO AGENTE REGULADOR DE MERCADO, CONSUBSTANCIADO NAS AGÊNCIAS REGULADORAS, CONCEBIDAS PARA NORMATIZAREM SEGMENTOS ESTRATÉGICOS DA ECONOMIA NACIONAL. DITO ISTO, AFIRMA-SE, COM EXATIDÃO, QUE:

a) ( ) as agências reguladoras caracterizam-se pela sua independência política, autonomia administrativa e financeira;

b) ( ) a agência reguladora se investe da qualificação de autarquia, investida de competência para a regulação setorial, integrante da administração direta, vinculada ao ministério competente para o trato da respectiva atividade;

c) ( ) contra as decisões de última instância da agência reguladora, cabe recurso para a autoridade ministerial a que está vinculada;

d) ( ) o regime a que se subordinam os seus servidores é o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

51. CONSIDERANDO AS SEGUINTES ASSERTIVAS:

I – O dolo do representante legal ou convencional de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.

II - Se o dolo de terceiro aproveitar a um dos contratantes, o ato negocial será anulado e o autor do dolo responderá por perdas e danos.

III – O dolo acidental não se constitui em vício de consentimento porque não influi diretamente na realização do ato negocial, que se teria praticado, embora de outro modo.

IV – O dolo negativo ocorrerá quando uma das partes vier a ocultar algo que a outra deveria saber e que, se sabedora, não teria efetivado o ato negocial.

Pode-se afirmar que:

a) ( ) I e III estão corretas;

b) ( ) II e III estão corretas;

c) ( ) III e IV estão corretas;

d) ( ) I e IV estão corretas.

52. EM RELAÇÃO À PRESCRIÇÃO:

I – A exceção, ou defesa, prescreve no mesmo prazo previsto para a pretensão.

II - As partes, de comum acordo, podem alterar os prazos de prescrição.

III – A prescrição iniciada contra o *de cujus* continua a correr contra o seu herdeiro universal.

IV – Suspensa em favor de um dos credores solidários, a prescrição a todos outros aproveita.

Das proposições acima:

a) ( ) Todas estão corretas;

b) ( ) I e III estão corretas;

c) ( ) I e IV estão corretas;

d) ( ) I e II estão corretas.

53. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) Na *locatio conductio rerum*, uma das partes se obriga a ceder à outra, por prazo determinado, o uso e gozo de coisa fungível, mediante retribuição;

b) ( ) É nula a doação universal sem reserva de parte do patrimônio ou renda suficiente para a subsistência do doador;

c) ( ) Se o devedor tem o título em seu poder, há presunção *juris tantum* de pagamento, já que, se o credor conseguir provar em noventa dias a falta de pagamento, ficará sem efeito a quitação;

d) ( ) O seguro de pessoa pode ser efetuado livremente e sempre será lícito ao segurado substituir *ad nutum*, por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, o beneficiário.

54. SÃO ATOS NEGOCIAIS ANULÁVEIS:

I – Os praticados por incapaz sem a assistência de seu representante legal.

II – Os viciados por lesão ou fraude contra credores.

III – Aqueles que a lei assim o declarar expressamente.

IV – Se preterida alguma formalidade que a lei considere essencial para a sua validade.

Das proposições acima:

a) ( ) I e II estão corretas;

b) ( ) II e III estão corretas;

c) ( ) III e IV estão corretas;

d) ( ) II e IV estão corretas.

55. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) O domicílio do militar do Exército é a sede do comando a que se encontra imediatamente subordinado.

b) ( ) O direito de anular a constituição de pessoa jurídica de direito privado, por defeito do ato respectivo, decai em cinco anos.

c) ( ) A lei confere hipoteca legal aos filhos sobre os imóveis do pai ou da mãe que passar a outras núpcias, sempre que houver suspeita de fraude aos seus direitos de herdeiro.

d) ( ) O depositário tem o direito de reter o bem depositado até que se lhe pague a retribuição devida, o valor líquido dos prejuízos e das despesas, provando-os satisfatória e imediatamente.

56. EM RELAÇÃO À SUCESSÃO, É CORRETO DIZER:

I - Os efeitos da exclusão do herdeiro indigno transmitem-se aos seus descendentes.

II – Falecendo o herdeiro, antes de declarar se aceita a herança, o direito de aceitar transmite-se aos seus herdeiros.

III - Se o testamento caducar ou for considerado nulo, subsistirá a sucessão legítima.

IV - Até o compromisso do inventariante, o administrador provisório da herança será a pessoa de confiança do juiz.

Das proposições acima:

a) ( ) I e II estão corretas;

b) ( ) I e III estão corretas;

c) ( ) II e III estão corretas;

d) ( ) II e IV estão corretas.

57. TESOURO É:

a) ( ) Coisa sem dono, porque foi intencionalmente abandonada pelo seu proprietário;

b) ( ) Coisa de ninguém, porque nunca foi apropriada, oculta, mas antiga e preciosa;

c) ( ) Depósito de coisa preciosa, que nunca teve dono ou da qual o dono não tem memória;

d) ( ) Depósito antigo de coisas preciosas, oculto, de cujo dono não haja memória.

58. LEIA COM ATENÇÃO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I – A confissão é sempre irrevogável, mas pode ser anulada por erro de fato, coação ou erro de direito.

II – Quando há erro sobre as qualidades essenciais da pessoa, atingindo sua identidade física ou moral, o ato poderá ser anulável, desde que tal seja condição seja primordial para a sua efetivação.

III – Se a impossibilidade absoluta do objeto for aferida imediatamente à conclusão negocial, nulo será o negócio.

Das proposições acima:

a) ( ) I e II estão corretas;

b) ( ) II e III estão corretas;

c) ( ) I e III estão corretas;

d) ( ) Todas estão corretas.

59. CONSIDERANDO AS SEGUINTES ASSERTIVAS:

I – Na comoriência existe presunção legal do momento da morte, que admite prova contrária de premoriência, sendo o *onus probandi* do interessado que pretende provar que a morte não foi simultânea.

II – Pelo princípio do consenso afirmativo, toda a pessoa capaz deve manifestar sua vontade de submeter-se a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, quando haja risco de vida.

III – Poderá ser requerida pelos interessados a abertura da sucessão provisória do ausente, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos da arrecadação de seus bens.

Pode-se afirmar que:

a) ( ) Todas estão corretas;

b) ( ) Apenas I não está correta;

c) ( ) Apenas II não está correta;

d) ( ) Apenas III não está correta.

60. CONSIDERANDO AS SEGUINTES ASSERTIVAS:

I - A fundação é constituída através de escritura ou testamento, para a consecução de objetivos religiosos, morais, culturais, assistenciais e outros, sendo um complexo de bens livres, a serviço de um fim lícito.

II – A cessão de crédito não exige forma especifica para que se efetue, mas, para que produza eficácia *erga omnes*, deve ser celebrada mediante instrumento público, na forma do art. 654 do Código Civil.

III – Na retrovenda feita por condôminos, se apenas uma das partes exercer o direito de retrato sobre a coisa, o comprador poderá intimar as demais para nele acordarem, prevalecendo o pacto em favor de quem tenha feito o depósito integral.

Pode-se afirmar que:

a) ( ) Todas estão corretas;

b) ( ) Apenas I está correta;

c) ( ) Apenas II está correta;

d) ( ) Apenas III está correta.

61. QUANTO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE, É CORRETO AFIRMAR QUE:

I – São, em regra, indisponíveis, mas se admite sua disponibilidade relativa em alguns casos.

II – São direitos subjetivos *excludendi alios*, ou seja, direitos da pessoa de defender o que lhe é próprio.

III – São direitos que visam resguardar a dignidade humana, mediante sanções, que devem ser suscitadas pelo lesado.

Das proposições acima:

a) ( ) Todas estão corretas;

b) ( ) Apenas I está correta;

c) ( ) Apenas II está correta;

d) ( ) Apenas III está correta.

62. EM RELAÇÃO AO PODER FAMILIAR, É CORRETO DIZER QUE:

I - Consiste num conjunto de direitos e obrigações, quanto à pessoa e bens do filho menor não emancipado, exercido em igualdade de condições por ambos os pais, tendo em vista o interesse e a proteção dos filhos.

II – A sua suspensão é uma sanção, que visa preservar os interesses do filho menor, privando o genitor de seu exercício, decretada mediante requerimento do Ministério Público ou dos ascendentes.

III – A destituição, por ato judicial, se dará pelo castigo imoderado; pelo abandono, que priva o menor de meios de subsistência, e pela prática de atos contrários aos bons costumes.

Das proposições acima:

a) ( ) Todas estão corretas;

b) ( ) Apenas I está correta;

c) ( ) Apenas II está correta;

d) ( ) Apenas III está correta.

63. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) Em relação ao exercício do direito de prelação, o vendedor poderá antecipar-se, intimando o comprador, assim que tiver conhecimento de que este irá vender a coisa, do seu interesse de readquiri-la.

b) ( ) O comandatário pagará as despesas ordinárias e extraordinárias feitas com o uso e gozo do bem dado em comodato, podendo reter a coisa emprestada até receber o seu pagamento, por ser possuidor de boa-fé.

c) ( ) O transportador responderá pelos danos sofridos pelos viajantes e suas bagagens, oriundos de desastres, salvo em caso fortuito e força maior, pagando uma indenização por dano moral e patrimonial.

d) ( ) A descoberta de título anterior, que indique a ausência de direito dos transatores sobre o objeto da transação, é causa de nulidade absoluta, podendo a ação ser ajuizada por qualquer interessado.

64. EM RELAÇÃO À SERVIDÃO É CORRETO AFIRMAR QUE:

I – Servidões prediais são direitos reais de gozo sobre imóveis, que se impõem sobre o prédio serviente em benefício do prédio dominante, em virtude de lei ou vontade das partes.

II - O exercício inconteste e contínuo de uma servidão, aparente ou não, pelo período de dez anos, autoriza o interessado a assentá-la no Registro de Imóveis, valendo como título a sentença judicial.

III - Apesar de sua perpetuidade, a servidão tem seus modos de extinção, que só produzirão efeitos valendo *erga omnes* com o cancelamento do registro do seu título constitutivo.

IV – O dono do prédio serviente, pelos incômodos e gravames que causar, poderá ter a obrigação de repor as coisas ao seu estado anterior, além de indenizar as perdas e danos que sobrevierem.

Das proposições acima:

a) ( ) I e II estão erradas;

b) ( ) III e IV estão erradas;

c) ( ) II e III estão erradas;

d) ( ) I e IV estão erradas.

65. É POSSÍVEL AFIRMAR QUE:

I – A cláusula resolutiva tácita, alegada pelo lesado, deve ser apurada judicialmente para gerar o pronunciamento da rescisão do contrato.

II – A proibição do *solvere aliud pro alio* significa que o credor não pode ser obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida.

III – Todo aquele que, sem justa causa, receber o que não lhe era devido, terá o dever de restituir o auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Das proposições acima:

a) ( ) Todas estão corretas;

b) ( ) Apenas I está correta;

c) ( ) Apenas II está correta;

d) ( ) Apenas III está correta.

66. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) somente depois de transitada em julgado a sentença condenatória proferida em ação popular é que o juiz poderá adotar providência cautelar contra a parte condenada.

b) ( ) verificando-se concurso de créditos decorrentes de condenação em favor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e de indenizações pelos prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, estas terão preferência no pagamento.

c) ( ) havendo contestação de assinatura lançada em documento, o ônus da prova cabe à parte contra quem foi produzido.

d) ( ) o documento, elaborado por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, ainda que devidamente subscrito pelas partes, não adquire a eficácia probatória do documento particular.

67. EXAMINANDO AS ASSERTIVAS ABAIXO, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

I - o seqüestro distingue-se do arresto pois este visa subsidiar ulterior execução por quantia certa, enquanto aquele salvaguarda execução de entrega de coisa.

II – se, no prazo assinado, o autor estrangeiro e residente fora do Brasil não cumprir a sentença que determinou o reforço da caução prestada ao intentar a ação no Brasil, presume-se que desistiu da ação.

III – para a doutrina clássica, representada por Calamandrei, as medidas cautelares caracterizam-se por sua instrumentalidade hipotética, ou seja, têm como finalidade imediata assegurar a eficácia do provimento definitivo.

a) ( ) somente as assertivas I e II estão corretas.

b) ( ) somente as assertivas II e III estão corretas.

c) ( ) somente as assertivas I e III estão corretas.

d) ( ) todas as assertivas estão corretas.

68. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) somente pode utilizar-se do mandado de segurança o terceiro juridicamente atingido por decisão judicial que tenha ofertado o recurso cabível contra a referida decisão.

b) ( ) sempre que a demonstração do fato de que decorre a pretensão do autor depender da realização de prova pericial o juiz ficará adstrito às conclusões do laudo pericial.

c) ( ) contra decisão proferida por turma recursal de juizado cível que veicule tema constitucional é cabível a interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

d) ( ) a caução na execução provisória pode ser dispensada quando sobre o título penda agravo de instrumento contra negativa de seguimento de recurso, junto ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, mesmo quando dessa dispensa possa resultar risco de dano grave, de difícil ou incerta reparação.

69. CONSIDERE AS SEGUINTES AFIRMAÇÕES:

I – segundo Chiovenda, a jurisdição difere da função administrativa do Estado porque aquela tem o escopo da atuação da vontade concreta da lei.

II – ao réu citado por edital ou com hora certa deve o juiz dar curador especial.

III - no sistema do Código de Processo Civil, quando a demanda a ser proposta se fundar em direito real imobiliário, o autor casado dependerá sempre da autorização do cônjuge para ajuizá-la, excetuados os casos em que o regime de regência do casamento seja o de separação total de bens.

Diante disso, é correto afirmar que:

a) ( ) apenas as assertivas I e III estão corretas.

b) ( ) apenas as assertivas II e III estão corretas.

c) ( ) apenas a assertiva II está correta.

d) ( ) nenhuma das assertivas está correta.

70. FULANO FUNDAMENTA AÇÃO DE NULIDADE CONTRATUAL NAS ALEGAÇÕES DE: INCAPACIDADE DO AGENTE, ILICITUDE DO OBJETO E INOBSERVÂNCIA DE FORMA LEGAL. REJEITADO O PEDIDO NO PRIMEIRO GRAU, POR TODOS OS FUNDAMENTOS, AO EXAMINAR O RECURSO COMPETENTE, O TRIBUNAL DECIDE DA SEGUINTE FORMA: O DESEMBARGADOR *A* ACOLHE O PEDIDO INICIAL FUNDADO APENAS NO PRIMEIRO MOTIVO; O DESEMBARGADOR *B* REFORMA A SENTENÇA SOMENTE PELA SEGUNDA RAZÃO; E O DESEMBARGADOR *C* ACOLHE O PEDIDO DE NULIDADE TÃO-SÓ PELO TERCEIRO MOTIVO. ASSIM, É CORRETO DIZER QUE:

a) ( ) este acórdão é de procedência da ação.

b) ( ) este acórdão, embora não unânime, não admite embargos infringentes.

c) ( ) este acórdão é inválido por não ter conclusão.

d) ( ) este acórdão admite embargos infringentes.

71. CONSIDERE AS SEGUINTES AFIRMAÇÕES, INDICANDO, ADIANTE, A ALTERNATIVA CORRETA:

I - No procedimento comum, a sentença que rejeita o pedido do autor por falta de prova, faz coisa julgada material.

II – Em ações coletivas que discutam direito difuso, a sentença de improcedência por falta de prova não faz coisa julgada material.

III – A coisa julgada material, incidente sobre sentença condenatória, pode ser invalidada, independentemente de ação rescisória, quando tenha sido proferida em processo no qual não houve a citação do réu, nem seu comparecimento espontâneo.

a) ( ) apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas.

b) ( ) apenas a afirmação II está inteiramente correta.

c) ( ) apenas a afirmação III está inteiramente correta.

d) ( ) as três afirmações estão inteiramente corretas.

72. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) a cumulação objetiva de pedidos depende da existência de conexão entre todos eles.

b) ( ) pode o Ministério Público impetrar mandado de segurança, de injunção e *habeas corpus*, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente.

c) ( ) a prescrição constitui exceção pois, em regra, não pode ser conhecida de ofício, salvo para beneficiar absolutamente incapaz.

d) ( ) o autor pode argüir exceção de incompetência territorial.

73. SOBRE O TEMA DA COMPETÊNCIA, TENHA EM MENTE AS SEGUINTES AFIRMAÇÕES:

I – Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a competência já fixada.

II – Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário.

III – A presença da União ou de qualquer de seus entes, na ação de usucapião especial, não afasta a competência do foro da situação do imóvel.

Diante destas afirmações, é correto dizer que:

a) ( ) a proposição I está correta, enquanto a III está incorreta.

b) ( ) a proposição II está correta, mas a I está incorreta.

c) ( ) a proposição III está correta, mas a II está incorreta.

d) ( ) todas as proposições estão corretas.

74. QUANTO AO MANDADO DE SEGURANÇA, É POSSÍVEL AFIRMAR QUE:

a) ( ) os mandados de segurança de competência originária de tribunal estão sujeitos a reexame necessário quando a sentença conceder a segurança.

b) ( ) o titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro, poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, em prazo razoável, apesar de para isso notificado judicialmente.

c) ( ) a notificação da autoridade coatora deve sempre ser feita por ofício, entregue em mãos por oficial de justiça, mesmo em situações de urgência.

d) ( ) descabe novo pedido de suspensão de segurança perante tribunal superior, mesmo quando, suspensa a decisão pelo Presidente do tribunal local, essa decisão tenha sido cassada por meio de recurso de agravo.

75. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) arrolado o Presidente da República como testemunha em ação de improbidade administrativa, o magistrado deverá observar, na sua inquirição, o que dispõe a respeito o Código de Processo Civil, porque se trata de ação civil.

b) ( ) se a ação tiver sido proposta pela pessoa jurídica lesada, não é necessária a participação do Ministério Público na ação destinada a obter a condenação de servidor público a ressarcir danos patrimoniais decorrentes de ato de improbidade administrativa.

c) ( ) o juiz federal deve simplesmente restituir os autos ao juízo estadual, e não suscitar conflito de competência, se concluir no sentido da exclusão do processo do ente federal cuja presença motivara o juiz estadual a declinar da competência.

d) ( ) independentemente da prévia recusa, expressa ou tácita, da autoridade administrativa no fornecimento de informações, é legítimo o ajuizamento da ação constitucional do *habeas data*.

76. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) Quando a ação de consignação em pagamento se fundar em dúvida sobre quem deva legitimamente receber, não comparecendo nenhum pretendente, converter-se-á o depósito em arrecadação de bens de ausente.

b) ( ) as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano têm legitimidade para ajuizar ações populares.

c) ( ) na ação de desapropriação, a revelia do expropriado implica aceitação do valor da oferta e, por isso, fica dispensada a avaliação do bem.

d) ( ) o prazo para a interposição de embargos à execução, no caso de citação por carta precatória, será contado a partir da juntada aos autos da carta precatória cumprida.

77. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) havendo divergência entre decisões de turmas recursais de juizados especiais federais, pertencentes a regiões distintas, sobre matéria processual, é cabível o pedido de uniformização de interpretação de lei federal, a ser resolvido pela turma de uniformização.

b) ( ) documento que contenha entrelinha, emenda ou borrão não pode ser admitido como prova.

c) ( ) o terceiro se escusa de exibir, em juízo, documento ou coisa, se a sua apresentação puder violar dever de honra.

d) ( ) falece competência ao Supremo Tribunal Federal para julgar conflito de competência entre Tribunal Superior e juiz de primeiro grau a este não vinculado.

78. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) Havendo formulação de pedido certo e determinado, tanto o autor quanto o réu têm interesse recursal em argüir o vício da sentença ilíquida.

b) ( ) a existência de vara privativa instituída por lei estadual não altera a competência territorial resultante das leis de processo.

c) ( ) nos Juizados Especiais Federais há prazo diferenciado para prática de alguns atos processuais, inclusive para a interposição de recursos.

d) ( ) em ação civil pública ajuizada para tutelar direito das pessoas idosas e que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, a multa imposta pelo juiz só será devida e exigível após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor.

79. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) as liminares concedidas contra atos do Poder Público cujo objeto sejam idênticos poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.

b) ( ) da sentença que conceder ou negar o *habeas data* cabe apelação, sempre com os efeitos devolutivo e suspensivo.

c) ( ) nos embargos do executado na execução fiscal é admitido o oferecimento de reconvenção.

d) ( ) na argüição de descumprimento de preceito fundamental a decisão que a julga procedente terá eficácia contra todos, mas não terá efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.

80. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) quando verificar, de acordo com laudo médico, que o citando é demente, o juiz lhe nomeará curador que ficará legitimado a receber a citação e a fazer a defesa do réu, bem como a representá-lo nos demais atos da vida civil.

b) ( ) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores o prazo para recorrer é contado em dobro, ainda que somente um deles tenha sucumbido.

c) ( ) as sanções impostas às partes em conseqüência de má-fé serão contadas como custas e reverterão em benefício da parte contrária, enquanto que as impostas aos serventuários pertencerão ao Estado.

d) ( ) no processo eletrônico quando, por motivo técnico, for inviável o uso de meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá permanecer arquivado na Secretaria.

81. OS DIREITOS POLÍTICOS NO SISTEMA CONSTITUCIONAL-ELEITORAL DO BRASIL:

a) ( ) Compreendem o alistamento não obrigatório e o voto obrigatório, porém o eleitor deve se vincular a uma circunscrição eleitoral havendo relação com o seu domicílio, o qual não se confunde com o domicílio civil.

b) ( ) São exercidos apenas pelos brasileiros natos, desde que presentes os requisitos de domicílio eleitoral, alistamento, idade mínima, ausência de condenação criminal, condições de elegibilidade e ausência de hipóteses de inelegibilidade.

c) ( ) Estão entre os direitos fundamentais e se manifestam, além das eleições para os cargos públicos, através do plebiscito e referendo e a necessidade de prévia consulta á população para a elaboração das resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.

d) ( ) Envolve a cidadania ativa e passiva, sendo um dos pilares do Estado democrático de direito, inexistindo possibilidade de cassação.

82. A JUSTIÇA ELEITORAL:

a) ( ) É organismo judiciário especializado em direito eleitoral, havendo reserva de jurisdição em matéria eleitoral típica, cabendo-lhe julgar e processar os litígios entre candidatos e os crimes de natureza eleitoral, respeitando-se a competência por prerrogativa de função, fixada na Constituição Federal.

b) ( ) Tem competência para administrar as eleições, desde o alistamento (inscrição, exclusão e transferência de eleitores) até a apuração eletrônica de votos, podendo requisitar servidores e responder consultas sobre casos concretos, através do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais.

c) ( ) Processa e julga o recurso contra a expedição de diploma, através do TSE, nas eleições para Presidente e Vice da República; dos Tribunais Regionais Eleitorais, para Governador e dos juízes eleitorais, para Prefeito.

d) ( ) Se organiza em zonas eleitorais, as quais correspondem a cada município integrante da Federação, e seções eleitorais com atribuições administrativas.

83. AS CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE:

a) ( ) confundem-se com as hipóteses de inelegibilidade, envolvendo as mesmas situações jurídicas. As condições de elegibilidade podem ser examinadas em recurso contra a expedição de diploma e em ação de investigação judicial eleitoral.

b) ( ) são fixadas na Constituição Federal e tratam da filiação partidária apesar da natureza jurídica dos partidos políticos no Brasil. A filiação como condição de elegibilidade obedece a prazo definido e o procedimento de filiação é feito segundo as regras estabelecidas no partido.

c) ( ) são fixadas na Constituição Federal e abordam a idade mínima, prevista no texto constitucional, tendo como referencia, segundo a lei, a data da eleição, sendo de 18 anos para vereador, 21 anos para Prefeito, 30 anos para Governador e 35 para Senador.

d) ( ) são aferidas pela Justiça eleitoral quando do pedido de registro de candidatos. A suspensão dos direitos políticos, por condenação criminal com trânsito em julgado, é efeito da sentença penal, com repercussão eleitoral, dependendo de pronunciamento expresso do juiz criminal.

84. EM RELAÇÃO ÁS HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADE:

a) ( ) A condenação criminal por qualquer delito torna o cidadão inelegível por três anos após o cumprimento da pena e enquanto pender recurso não há a restrição ao direito político fundamental.

b) ( ) O parlamentar que perder o mandato em casos de quebra de decoro e infringir o Regimento Interno da casa legislativa ficará inelegível por 08 anos após o termino do mandato, caso o Plenário se pronuncie pela inelegibilidade, cabendo a Justiça eleitoral apenas declarar a inelegibilidade, sem possibilidade de rever a sanção em decorrência do princípio constitucional da independência dos poderes.

c) ( ) O exercício de cargos funções ou mandato eletivo pode ser incompatível com a candidatura, havendo necessidade do cidadão se desincompatibilizar em prazo fixado pela Justiça Eleitoral através de resolução específica.

d) ( ) O agente público que teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, rejeitadas por irregularidade insanável e em decisão irrecorrível do órgão competente, fica inelegível. Compete à Câmara municipal o julgamento das

contas do refeito, consistindo o parecer prévio do Tribunal de contas do Estado em peça meramente opinativa.

85. NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO HÁ NECESSIDADE DE TUTELA JURÍDICA DA PROPAGANDA ELEITORAL COM O ESTABELECIMENTO DE PRERROGATIVAS E LIMITAÇÕES. NO REGIME JURÍDICO DA PROPAGANDA ELEITORAL:

a) ( ) É permitida a propaganda em todo o ano das eleições para os partidos políticos, os quais podem usar do espaço partidário no rádio e televisão para divulgar seus pré-candidatos, porém, os candidatos só podem fazer propaganda após aprovação em convenção partidária.

b) ( ) Não é possível a utilização de camisetas com divulgação de candidatos, outdoors (cartazes explorados comercialmente) e amplificadores de som.

c) ( ) Além da atividade jurisdicional a Justiça Eleitoral exerce o poder de polícia, sendo vedada a censura e desnecessária a prévia autorização para o ato de propaganda.

d) ( ) Apenas o candidato pode sofrer sanção eleitoral por propaganda ilícita, desde que haja prévio conhecimento mediante a devida intimação para providenciar a sua retirada.

86. A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL:

a) ( ) Tem o mesmo procedimento da ação de impugnação ao pedido de registro de candidatura e pode ser proposta pelo Ministério Público eleitoral, por candidato ou por partido político.

b) ( ) O abuso de poder político leva à inelegibilidade por três anos e à remessa de peças ao Ministério Público Eleitoral para propositura da ação de impugnação de mandato eletivo ou recurso contra a diplomação. Já o abuso de poder econômico, leva á cassação imediata do registro ou do diploma, além da inelegibilidade.

c) ( ) Visa assegurar a legitimidade e normalidade das eleições, impedindo os efeitos nocivos do abuso de poder. Para aplicação da sanção de inelegibilidade há necessidade de potencialidade do ato ilícito para distorcer a vontade do eleitor e alterar o resultado do pleito.

d) ( ) Tem o escopo de assegurar a igualdade de oportunidades no pleito eleitoral, sendo utilizada pelo Ministério Público como valioso instrumento de atuação e gera a inelegibilidade do responsável pelo ato ilícito e do candidato beneficiado, por três anos, a contar do trânsito em julgado do processo.

87. A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO (ART. 41^{A} LEI 9504/97):

a) ( ) É a corrupção do eleitor mediante a doação ou promessa de bens para obtenção do voto e leva a aplicação de multa e a cassação do registro ou diploma, caso haja potencialidade para alterar o resultado das eleições.

b) ( ) É examinada por ação com procedimento da investigação judicial eleitoral, atingindo o candidato, mesmo não sendo ele o responsável pelo ato de corrupção, bastando a mera anuência, e leva à perda do diploma, sem necessidade de aferição de potencialidade.

c) ( ) Sanciona o candidato (corrupção ativa) e o eleitor (corrupção passiva), havendo litisconsórcio necessário.

d) ( ) É a corrupção do eleitor mediante a doação ou promessa de bens para obtenção do voto e leva a aplicação de multa e a cassação do registro ou diploma, além da inelegibilidade.

88. COM O ADVENTO DA REELEIÇÃO, O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO PASSOU A TIPIFICAR ALGUMAS CONDUTAS E ESTABELECER SUA PROIBIÇÃO. SÃO AS CHAMADAS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA. NO SEU REGIME JURÍDICO:

a) ( ) O candidato pode usar bens imóveis pertencentes á administração direta desde que haja ressarcimento aos cofres públicos e seja autorizada pelo Poder Legislativo.

b) ( ) Servidor Público não pode participar de campanha eleitoral, mesmo estando de licença ou férias.

c) ( ) Durante os três meses que antecedem o pleito não pode haver inauguração de obras públicas e publicidade institucional de órgãos públicos, salvo quando autorizadas pela Justiça Eleitoral.

d) ( ) A pratica das condutas ilícita acarreta multa e/ou cassação do registro ou diploma.

89. NA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO:

a) ( ) Adota-se o procedimento ordinário do CPC e pode ter como causa de pedira ausência de condição de elegibilidade.

b) ( ) Observa-se o procedimento da ação de investigação judicial eleitoral, objetivando assegurar a normalidade e legitimidade das eleições.

c) ( ) É possível, ao contrário da ação de investigação judicial eleitoral, a propositura até 15

dias depois da diplomação e o ministério público tem legitimidade ativa.

d) ( ) Atinge-se o registro e conseqüentemente o mandato eletivo, diante dos postulados de legitimidade e igualdade das eleições, havendo litisconsórcio passivo necessário do candidato a vice-prefeito.

90. OS PARTIDOS POLÍTICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO:

a) ( ) Recebem tratamento constitucional , sendo pessoa jurídica de direito privado, mas recebem recursos públicos, através do fundo partidário, pois exercem função de relevância pública.

b) ( ) São pessoas jurídicas de direito privado e assim não sofrem controle jurisdicional, a não ser quando em campanha eleitoral.

c) ( ) Podem estatuir normas de fidelidade partidária, inclusive decretando a inelegibilidade de seus ex-integrantes por infidelidade.

d) ( ) São pessoas jurídicas de direito público, regidas pela Constituição Federal e por lei específica, embora possuam estatutos próprios.

91. NO TEMA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO:

a) ( ) havendo sucessão de leis penais no tempo é aplicável a lei intermediária se ela for a mais favorável;

b) ( ) o Código Penal prevê a combinação de leis sucessivas sempre que a fusão possa beneficiar o réu;

c) ( ) o Código Penal veda a *lex tertia;*

d) ( ) verifica-se a maior favorabilidade da lei, no exame da norma em abstrato.

92. A POLÍCIA FEDERAL DO AMAPÁ, EM AÇÃO DESENVOLVIDA COM A MARINHA DO BRASIL E COM A MARINHA DA FRANÇA, APREENDEU, EM ÁGUAS INTERNACIONAIS, UMA EMBARCAÇÃO PESQUEIRA COM 800 QUILOS DE COCAÍNA. OS TRIPULANTES, TODOS BRASILEIROS, FORAM PRESOS. CONSIDERANDO APENAS OS DADOS ENUNCIADOS, É APLICÁVEL A LEI BRASILEIRA PORQUE:

a) ( ) o crime de tráfico internacional de drogas foi praticado por brasileiro;

b) ( ) a embarcação se encontrava em alto-mar;

c) ( ) a lei francesa não é aplicável;

d) ( ) a embarcação é brasileira.

93. BRASILEIRA, AFRODESCENDENTE, CASADA COM ESTRANGEIRO, COM QUEM TEM 4 FILHOS, DOIS NASCIDOS NO PAÍS DO MARIDO E DOIS NASCIDOS NO BRASIL, COMPARECE AO CONSULADO DO PAÍS ESTRANGEIRO PARA FAZER O REGISTRO DE NASCIMENTO DOS FILHOS NASCIDOS NO BRASIL E OBTER O PASSAPORTE PARA ELES. A FUNCIONÁRIA DO CONSULADO NÃO ACEITA COMO SUFICIENTES O REGISTRO BRASILEIRO E FAZ COMENTÁRIOS JOCOSOS A RESPEITO DOS DIFERENTES FENÓTIPOS DAS CRIANÇAS, PONDO EM DÚVIDA A PATERNIDADE DO MARIDO. O CASAL REPRESENTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO SOLICITANDO A PUNIÇÃO DA FUNCIONÁRIA PELA PRÁTICA DE RACISMO:

a) ( ) O MPF pode oferecer a denúncia tendo em vista que o crime foi cometido no território nacional;

b) ( ) o MP nada pode fazer porque o fato ocorreu no Consulado de país estrangeiro;

c) ( ) só o MPF tem atribuição para oferecer a denúncia;

d) ( ) o MP deve encaminhar os elementos de prova ao Ministério das Relações Exteriores para que este solicite ao Governo estrangeiro que proceda a apuração do fato e a persecução penal.

94. A 3ª SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA TEM CONHECIDO CONFLITOS DE COMPETÊNCIA EM CASOS EM QUE HOUVE TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA FRAUDULENTA DE VALORES, DEPOSITADOS NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, DE UMA CONTA BANCÁRIA PARA OUTRA, PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO LOCAL DA CONTA BANCÁRIA DO CORRENTISTA LESADO E NÃO A DO JUÍZO DO LOCAL DA CONTA BANCÁRIA BENEFICIADA. ESSA CONCLUSÃO PRESSUPÕE:

a) ( ) que o sujeito passivo do crime é o Banco e o correntista, o prejudicado;

b) ( ) que o correntista e o Banco são sujeitos passivos do crime;

c) ( ) a impossibilidade de equiparação de dados digitais a coisa móvel;

d) ( ) a aplicação da teoria segundo a qual a consumação no crime de furto se dá quando ocorrer a posse mansa e pacífica da coisa.

95. A CONVENÇÃO DE PALERMO, PROMULGADA NO BRASIL PELO DECRETO N. 5.015, DE 12/03/2004, AO CONCEITUAR CRIME ORGANIZADO, DISPÕE QUE:

a) ( ) o grupo de pessoas deve ter uma estrutura elaborada;

b) ( ) o grupo é constituído de três ou mais pessoas;

c) ( ) não basta o cometimento de um crime;

d) ( ) não é necessário fim de benefício econômico.

96. PARA A APLICAÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA:

a) ( ) o reconhecimento da periculosidade decorre tão só da doença mental do autor do fato;

b) ( ) pouco importa a presença de causas de exculpação;

c) ( ) a periculosidade é apenas aquela revelada através da prática, pelo agente, de um fato ilícito típico;

d) ( ) valem todos os pressupostos jurídico-penais exigidos para a imposição de uma pena.

97. EM PROCESSO DE CRIME DE TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS, A PRIMARIEDADE:

a) ( ) dá direito a redução da pena;

b) ( ) faculta a redução da pena;

c) ( ) por si só, não dá direito à redução da pena;

d) ( ) é causa especial de redução da pena.

98. BRASILEIRA, CONDENADA EM PORTUGAL, POR TRÁFICO DE DROGAS, A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE DE 10 ANOS, DESEJA CUMPRIR A PENA NO BRASIL, NO ESTADO EM QUE RESIDEM SEUS FAMILIARES:

a) ( ) o pedido é juridicamente impossível, porque não está previsto no Código Penal;

b) ( ) tem sido admitido, se existente tratado e após homologação da sentença estrangeira;

c) ( ) tem sido admitido, se existente tratado, independentemente de homologação da sentença estrangeira;

d) ( ) os incidentes de execução seguem a lei do Estado recebedor.

99. EM MATÉRIA DE PORNOGRAFIA INFANTIL VEICULADA PELA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES:

a) ( ) o provedor está imune à responsabilização penal;

b) ( ) o crime é necessariamente transnacional;

c) ( ) o acesso às fotografias, cenas ou imagens pornográficas e o seu armazenamento para uso pessoal configura crime;

d) ( ) alguns dos momentos consumativos são a apresentação, a divulgação ou a publicação das fotografias, imagens pornográficas ou cenas de sexo explícito, envolvendo menores de 18 anos, em qualquer meio de comunicação.

100. O CRIME DE EVASÃO DE DIVISAS DEFINIDO NO CAPUT DO ART. 22, DA LEI N. 7.492/86:

a) ( ) é um crime contra a ordem tributária e cambial;

b) ( ) distingue entre operações de câmbio realizadas por instituições financeiras ou por outras empresas e indivíduos que não se enquadram nesse conceito;

c) ( ) é material;

d) ( ) não exige especial fim de agir.

101. LEITE ADULTERADO COM ÁGUA OXIGENADA E SODA CÁUSTICA PROVOCA PROBLEMAS INTESTINAIS EM DEZENAS DE PESSOAS E A MORTE DE TRÊS DELAS. APUROU-SE QUE O AUTOR INTELECTUAL DA ADULTERAÇÃO FOI O GERENTE DA EMPRESA DISTRIBUIDORA, VISANDO A PROLONGAR O ACONDICIONAMENTO SEM DETERIORAÇÃO DO PRODUTO. ELE RESPONDE CRIMINALMENTE:

a) ( ) pelo crime de falsificação, corrupção, adulteração de substância ou produtos alimentícios em concurso com crimes de lesão corporal e de homicídio;

b) ( ) pelo crime de falsificação, corrupção, adulteração de substância ou produtos alimentícios em concurso com o crime contra relação de consumo previsto no art. 7º, IX da Lei n. 8.137/90 (vender ou entregar mercadoria, em condições impróprias ao consumo);

c) ( ) pelo crime contra as relações de consumo qualificado pelo resultado;

d) ( ) pelo crime contra a saúde pública qualificado pelo resultado.

102. O COORDENADOR JURÍDICO DE UMA PROCURADORIA DA REPÚBLICA SUGERE A UM CIDADÃO AUTOR DE REQUERIMENTO QUE LHE DÊ "UM PRESENTE" A PRETEXTO DE INFLUIR EM INFORMAÇÃO A SER PRESTADA EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO POR SUBORDINADO SEU. A CONDUTA, EM TESE, SE ENQUADRA NO TIPO PENAL DE:

a) ( ) tráfico de influência;

b) ( ) prevaricação;

c) ( ) corrupção passiva;

d) ( ) exploração de prestígio.

103. FUNCIONÁRIO DA RECEITA FEDERAL ELIMINA DO BANCO DE DADOS DO ÓRGÃO DÉBITO DE IMPOSTO DE RENDA DE VÁRIOS CONTRIBUINTES. PARA CONFIGURAR O CRIME DE INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES:

a) ( ) o sujeito ativo pode ser qualquer funcionário que trabalhe no setor de informática;

b) ( ) é necessário o fim de causar dano;

c) ( ) o objeto material são dados verdadeiros;

d) ( ) para a maioria da doutrina a vantagem indevida consiste em utilidade econômica.

104. AGENTE POLICIAL REVELA A MILITANTE DE ORGANIZAÇÃO GUERRILHEIRA ESTRANGEIRA DETALHE DE PLANO OPERACIONAL DO EXÉRCITO NA REGIÃO DA FRONTEIRA, CLASSIFICADO COMO SIGILOSO, A QUE TEVE ACESSO EM RAZÃO DO CARGO:

a) ( ) há crime contra a segurança nacional porque o documento é militar;

b) ( ) há crime militar, independentemente de haver tipo penal equivalente no Código Penal;

c) ( ) infração de menor potencial ofensivo porque não resultou dano à Administração Pública ou a outrem;

d) ( ) o crime é de violação de sigilo funcional definido no art. 325 do CP porque o sujeito ativo é civil.

105. SE UM PREFEITO DEIXOU DE PRESTAR CONTAS NO DEVIDO TEMPO, AO ÓRGÃO COMPETENTE, DA APLICAÇÃO DE RECURSOS TRANSFERIDOS PELA UNIÃO:

a) ( ) a instauração de processo criminal com base no Dec. Lei n. 201/67 só é cabível enquanto estiver exercendo o mandato;

b) ( ) não se admite concurso de pessoas porque o crime é próprio;

c) ( ) responde pelo crime de responsabilidade praticado mesmo após a extinção do mandato;

d) ( ) não se admite a participação de terceiro porque o crime é omissivo.

106. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE ARMAS

a) ( ) se aplica ao processo penal sem restrições;

b) ( ) não se aplica ao processo penal em nenhuma hipótese;

c) ( ) é o mesmo que o princípio do contraditório;

d) ( ) é mitigado na ação penal pública pelo princípio da oficialidade.

107. O ACESSO AOS AUTOS DO INQUÉRITO POR ADVOGADO DE INVESTIGADO

a) ( ) se estende a todos os documentos da investigação, sem restrição;

b) ( ) pode ser concedido só parcialmente para resguardo de diligências sigilosas em curso;

c) ( ) implica direito de ser intimado de antemão de diligências que afetem o investigado;

d) ( ) pode ser impedido sempre que houver conveniência para a investigação.

108. O PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE DA AÇÃO PENAL

a) ( ) se aplica à ação penal pública, mas não à privada;

b) ( ) se aplica à ação penal privada;

c) ( ) impõe, sempre, ao juiz, a rejeição da denúncia, quando não observado;

d) ( ) afasta o direito de aditamento da queixa.

109. OS PRAZOS NO PROCESSO PENAL

a) ( ) contam-se, para a defesa, a partir da data da juntada, aos autos, do mandado, da carta precatória ou de ordem;

b) ( ) contam-se, para o ministério público, a partir da efetiva entrada dos autos no ofício do promotor natural;

c) ( ) contam-se, para a defesa, a partir da data da intimação, e não da data de juntada, aos autos, do mandado, da carta precatória ou de ordem;

d) ( ) contam-se, para o ministério público, a partir da data da publicação de despacho na imprensa oficial.

110. PARA PERSECUÇÃO DE CRIMES CONTRA A HONRA DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO EM RAZÃO DE SUAS FUNÇÕES

a) ( ) somente se procede mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido;

b) ( ) é concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido;

c) ( ) a exigência de representação do ofendido para a iniciativa do ministério público se estende aos crimes de imprensa e aos crimes eleitorais;

d) ( ) a iniciativa do ministério público fica condicionada a nota verbal da missão diplomática respectiva, quando o ofendido for chefe de estado estrangeiro.

111. A OPINIÃO DO JULGADOR SOBRE A GRAVIDADE EM ABSTRATO DO CRIME

a) ( ) pode ser motivo para imposição de regime inicial de cumprimento da pena mais gravoso;

b) ( ) justifica o incremento da pena base à luz das circunstâncias do art. 59 do Código Penal;

c) ( ) é suficiente para fundamentar, em qualquer hipótese, a prisão cautelar;

d) ( ) não é suficiente para caracterizar risco à ordem pública como pressuposto da prisão preventiva.

112. O CO-RÉU SEM DIREITO A FORO POR PERROGATIVA DE FUNÇÃO, EM AÇÃO PENAL MOVIDA CONTRA DEPUTADO FEDERAL,

a) ( ) será julgado em processo separado, na primeira instância, em respeito às garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal;

b) ( ) será julgado no mesmo processo, pelo Supremo Tribunal Federal, sempre que se verificar conexão ou continência;

c) ( ) será julgado no mesmo processo, pelo Supremo Tribunal Federal, quando se verificar a continência;

d) ( ) somente poderá ser julgado com o deputado federal na primeira instância e somente quando encerrado o mandato deste, suspensa, até então, a prescrição da pretensão punitiva do Estado.

113. HAVENDO NOTÍCIA DE CRIME PRATICADO POR POLICIAL CIVIL NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, CORRESPONDENTE A VIOLAÇÃO A DIREITOS HUMANOS QUE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL SE COMPROMETEU A REPRIMIR EM DECORRÊNCIA DE TRATADOS INTERNACIONAIS DE QUE SEJA PARTE, E PERMANECENDO INERTE O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL NA PERSECUÇÃO,

a) ( ) poderá ser acionada a polícia federal para a investigação, que atuará como polícia judiciária junto à justiça estadual;

b) ( ) poderá ser acionada a polícia federal para a investigação, que atuará como polícia judiciária junto à justiça federal;

c) ( ) poderá ser acionada a polícia federal para a investigação, que atuará como polícia judiciária junto ao Superior Tribunal de Justiça;

d) ( ) caberá intervenção federal nos termos do art. 34, VIII, (b), da Constituição Federal, passando, o crime, a ser da competência da Justiça Federal.

114. O PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL, FORMULADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO,

a) ( ) está sujeito a controle jurisdicional, podendo o juiz determinar a outro membro do ministério público que ofereça a denúncia ao invés;

b) ( ) deverá ser sempre deferido nos crimes da competência originária do Superior Tribunal de Justiça, mesmo quando o pedido seja formulado por Subprocurador-Geral da República;

c) ( ) não poderá ser contrariado pelo Procurador-Geral (ou pela Câmara de Coordenação e Revisão, no caso do Ministério Público Federal), em respeito aos princípios da independência funcional e do promotor natural;

d) ( ) quando acolhido, abre à vítima a via da queixa subsidiária.

115. O CRIME DE GENOCÍDIO PRATICADO CONTRA GRUPO INDÍGENA

a) ( ) é da competência originária do Tribunal Penal Internacional, por se tratar de crime previsto no art. 5.º e definido no art. 6.º, ambos do Estatuto de Roma, incorporado ao direito brasileiro por força de sua ratificação pela República Federativa do Brasil e do disposto no art. 5.º, § 4.º, da Constituição Federal;

b) ( ) é da competência originária do tribunal do júri federal, por se tratar de crime contra a vida e envolver disputa sobre direitos indígenas (art. 109, XI, da Constituição Federal);

c) ( ) é da competência originária de juiz singular federal – afastadas as hipóteses de foro por prerrogativa de função – porque, a par de envolver disputa sobre direitos indígenas (art. 109, XI, da Constituição Federal), o bem jurídico tutelado não é a vida do indivíduo considerado em si mesmo, mas sim a vida em comum do grupo de homens ou parte deste, ou seja, da comunidade de povos;

d) ( ) é da competência originária da justiça estadual, por incidir a Súmula 140 do STJ, segundo a qual "compete a justiça comum estadual processar

e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima".

116. NO TOCANTE À PRONÚNCIA, NO PROCESSO DA COMPETÊNCIA DO JÚRI, ENTENDE-SE POR "EXCESSO DE LINGUAGEM",

a) ( ) o juízo ofensivo lançado pelo magistrado contra as partes ou seus procuradores;

b) ( ) a exagerada incursão do juiz sobre as provas dos autos, capaz de influir no ânimo do conselho de sentença;

c) ( ) a absolvição sumária do acusado, mesmo reconhecendo a materialidade de crime contra a vida e a existência de indícios de sua autoria;

d) ( ) a incursão do juiz em argumentos obliter tantum, irrelevantes para a decisão.

117. PEDRO, ADVOGADO DE DEFESA REITERADAMENTE ENVOLVIDO EM CONFLITOS PESSOAIS NO FORO, PROVOCOU SÉRIA DISCUSSÃO COM O JUIZ DURANTE O INTERROGATÓRIO DE SEU CONSTITUINTE, OFENDENDO O MAGISTRADO E QUASE CHEGANDO ÀS VIAS DE FATO, ENSEJANDO INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA CONTER OS CONTENDENTES. APÓS, O JUIZ REPRESENTOU À OAB. NO CURSO DO PROCESSO, O JUIZ PASSOU A INDEFERIR SISTEMATICAMENTE TODAS AS DILIGÊNCIAS REQUERIDAS POR PEDRO. PEDRO OPÔS EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO, ALEGANDO INIMIZADE CAPITAL COM O MAGISTRADO. O JUIZ NÃO ACEITOU A SUSPEIÇÃO E REMETEU OS AUTOS AO TRIBUNAL (ART. 100 DO CPP). O TRIBUNAL, AO JULGAR A EXCEÇÃO

a) ( ) deverá acolhê-la, por não ostentar, o juiz, isenção no processo;

b) ( ) deverá rejeitá-la, porque o advogado provocou a inimizade e por ser esta posterior ao início do processo, mas, deverá impor ao juiz que se julgue impedido;

c) ( ) deverá acolhê-la, porque o juiz, ao demonstrar profunda hostilidade ao advogado, trata a parte como inimiga;

d) ( ) deverá rejeitá-la, porque a simples antipatia do juiz pelo advogado não dá ensejo à suspeição.

118. SEGUNDO JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM MATÉRIA DE SIGILO BANCÁRIO,

a) ( ) o Ministério Público Federal pode, sempre que necessário à investigação, determinar a quebra de sigilo bancário de contas tituladas por investigados privados, sem autorização judicial, eis que, no termos do art. 8.º, § 2.º, da Lei Complementar n.º 75/1994, "nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido";

b) ( ) o Ministério Público Federal pode, sempre que necessário à investigação, determinar a quebra de sigilo bancário de contas tituladas por investigados privados, sem autorização judicial, eis que, a par de o sigilo bancário não ter estatura de garantia constitucional, nos termos do art. 8.º, IV, se assegura aos membros do Ministério Público da União a prerrogativa de requisitar informações e documentos de entidades privadas;

c) ( ) o Ministério Público Federal não pode determinar a quebra de sigilo bancário de contas tituladas por investigados privados, eis que, por um lado, sendo o sigilo bancário protegido por via da garantia constitucional à intimidade (art. 5.º, X, da Constituição Federal), por outro, a norma inscrita no art. 129, VIII, da Constituição Federal, não autoriza ao Ministério Público, sem a interferência da autoridade judiciária, quebrar o sigilo bancário de alguém.

d) ( ) o Ministério Público Federal não pode determinar a quebra de sigilo de contas bancárias sem autorização judicial, sendo irrelevante, em todo o repertório jurisprudencial, incidir, a investigação, sobre recurso público ou privado.

119. ENTENDE-SE POR ENCONTRO FORTUITO DE PROVA

a) ( ) o mesmo que por prova emprestada;

b) ( ) o uso de uma mesma prova, achada por acaso, em várias investigações;

c) ( ) a obtenção de prova de uma infração a partir da busca regularmente autorizada para investigação de outro crime;

d) ( ) a harmonização fortuita de provas em casos diversos.

120. O PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE

a) ( ) é absoluto no processo penal brasileiro;

b) ( ) não é aplicável quando da interposição concomitante de recursos especial e extraordinário;

c) ( ) é aplicável mesmo quando da interposição concomitante de recursos especial e extraordinário;

d) ( ) é adotado apenas para o protesto por novo júri.